

Mailson quer manter acordo da dívida

Em documento reservado para conhecimento dos seus companheiros de Ministério o ministro Mailson da Nóbrega nega fundamento a rumores de renegociação da dívida externa ou suspensão do pagamento dos juros, coisas que poderiam levar o Brasil a "confronto com a comunidade financeira internacional, sem necessidade e sem proveito". Decisão semelhante não se explicaria dada a posição das reservas do país e porque o acordo lhe parece suficientemente flexível para acomodar medidas temporárias de adiamento do impacto monetário de operações de *re-lending* ou de conversão e por não opor o acordo obstáculos a medidas de redução da dívida, pois prevê a possibilidade de lançamento de títulos de securitização.



Para Mailson a suspensão do pagamento de juros ou a reabertura de negociações, sem razão convincente, seria iniciativa de caráter unicamente político e criaria forte resistência da comunidade financeira, inviabilizando resultados esperados dos acordos concluídos. A estratégia aconselhável seria a consolidação dos acordos, pelos quais o Brasil poderá receber até meados de 1989 cerca de 3 bilhões de dólares: 750 do Banco Mundial relativos a empréstimos do setor elétrico, 1,2 bilhão relativos a duas parcelas restantes do pacto financeiro e cerca de 1 bilhão relativos a empréstimos do governo japonês, alguns deles em co-financiamento com o Banco Mundial. O Brasil poderia continuar a ampliar estas operações no mercado para redução da dívida (em 1988 a redução foi da ordem de 6 bilhões) com maior impacto monetário na economia nacional.

A suspensão de pagamentos, segundo o ministro da Fazenda, que parece intimamente entrosado com o projeto em estudos no Palácio do Planalto, seria solução extrema para situações extremas. Os ministros da Fazenda reunidos no Rio opinam convergentemente pela solução negociada por existir no momento clima favorável nos países industrializados, como também nos Estados Unidos, para implantação de programa de redução da dívida. O Peru deixou claro os riscos da confrontação. O que dividiria governo e seus críticos não seria o diagnóstico nem o objetivo mas o caminho. Não se deve ir a solução extrema antes de esgotado o caminho natural, que seria agora auferir os resultados das negociações e prosseguir esforços de negociação para reduzir o estoque e o serviço da dívida. Sarney estaria pessoalmente empenhado nisso.

Mailson lembra ainda que muitos dos resultados das exportações em 1988, que mantiveram adequado nível de emprego e estabilidade social, se devem à normalização das relações com a comunidade internacional. A informação do ministro da Fazenda aos seus colegas, na véspera do anúncio de reformas, pode ser tomada como indicação de rumo a ser preservado.